

3 Sacramento da Reconciliação no contexto Bíblico e Eclesial

No decorrer do capítulo anterior, procuramos, de certo modo, apontar a realidade do pecado em suas diversas dimensões: pessoal, interpessoal, social etc. Apresentamos a questão do pecado a partir de um contexto de mudança, com diversos valores que levam o ser humano a uma verdadeira relativização do conceito de pecado que modifica essencialmente sua relação com Deus e com os outros indivíduos com os quais convive diariamente.

Como já estudamos anteriormente, o profundo individualismo da sociedade moderna enfraquece de modo substancial as relações interpessoais desse ser humano que é chamado a viver em sociedade.

Levando em conta tais aspectos, queremos considerar como fio condutor do pensamento que vimos desenvolvendo, o aspecto da fundamentação do sacramento da reconciliação num contexto bíblico, com um breve enfoque no Antigo e Novo Testamento, a partir da tradição, até o pensar do Magistério, acentuando o valor imprescindível do Concílio Vaticano II. O Vaticano II, além de acentuar a relação do cristão com a comunidade eclesial, transfere uma verdadeira relação de intersubjetividade, o que fica bem explícito ao surgir a questão do pecado no indivíduo e na comunidade em que esta inserido. Pois, pecando o indivíduo modifica essencialmente sua relação com Deus e principalmente em relação aos demais indivíduos.

Destacamos nessa parte do estudo, o papel da comunidade eclesial como o lugar da experiência profunda do amor de Deus que é misericórdia e sinal de perdão. Quando há uma experiência comunitária do amor de Deus, a Igreja torna-se comunidade do perdão e da graça. É nesta perspectiva que queremos apresentar como desafio teológico-pastoral um redescobrir a comunidade como um fundamento da experiência de Deus e dos Sacramentos, em que o próprio sacramento da reconciliação passa significar a remissão dos pecados e a reconciliação em todos os níveis.

3.1.

O contexto bíblico do sacramento da reconciliação

Em um contexto bíblico a partir da exegese atual, percebemos o fascínio pelo momento em que estamos vivendo o presente e a perspectiva de um futuro cada vez mais desafiador, portanto, nutre-se certo sentimento negativo contra o passado histórico. Entretanto, não podemos esquecer que as raízes e fundamentos do presente encontram-se no passado.

Com isso queremos neste breve aprofundamento, apresentar o fundamento do sacramento da penitência a partir da sua origem, formas de celebrar ao longo da história, dentro de um contexto bíblico¹⁰⁹.

Assim, observamos a história das formas de penitência, que mostram o papel da comunidade e a necessidade de adaptar-se a cada contexto e realidade, o que nos conduz à desconstrução de concepções absolutas para, ao invés disso, focar no que verdadeiramente é essencial¹¹⁰. Aprofundando o contexto bíblico do sacramento da reconciliação nos baseamos no estudo da Sagrada Escritura para encontrarmos a raiz específica de sua fundamentação.

3.1.1.

Antigo Testamento

É interessante destacarmos que no Antigo Testamento aparecem vários textos, de diversas classes de pecado que perpassam, de maneira concreta, toda a Tradição Bíblica, vai desde o Gênesis (origem) até à leitura dos pecados do povo de Israel. Quando o povo de Israel se afastava do projeto de vida plena do Deus da vida, experimentava sua destruição, deixando de lado o compromisso de amor e fidelidade por toda vida. Mas, ao longo da história Deus se mostra compassivo e cheio de misericórdia¹¹¹.

No texto bíblico destacamos três palavras que traduzem este sentido de pecado e, conseqüentemente, do afastamento do projeto de Deus: *Hattá*; não

¹⁰⁹ Cf. BOROBIO, Dionisio. *Celebrar para viver: Liturgia e Sacramento da Igreja*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003, p. 313.

¹¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 314.

¹¹¹ Cf. Gn 3-4, 1-16.

atingir o alvo pretendido, errar; *AWÔN*: ser torto; *Pésha*: ser desleal, com um coração duro diante de Deus¹¹².

Observa-se, no entanto, que quando estas ideias foram reduzidas simplesmente ao legalismo e a um mero formalismo, os profetas gritaram afirmando que o pecado é um ato interior, pessoal. Desta forma, não seria a violação apenas de uma regra que acompanha um ato litúrgico ou outro rito de purificação.

Podemos afirmar que, ao longo da história do povo de Deus, há a concretização da fidelidade e da infidelidade à Aliança. A infidelidade se traduz na construção de uma história fora dos planos divinos, isto é, a ruptura não se dá no nível das pessoas mas no relacionamento dos seres humanos entre si. Quer dizer, o povo rompe com a Aliança e com Deus quando rompe com os irmãos.

É importante observarmos que dentro de um contexto bíblico, os profetas perceberam de forma mais acentuada o pecado agindo e atuando numa dimensão bem mais ampla do que a dos “corações”. É justamente por detectarem a força do pecado atuando na história que, sempre de modo novo, acenaram para a necessidade de uma intervenção divina. O pecado adquiriu tal força histórica que os seres humanos seriam incapazes de reverter seu processo. Com isso, destaca-se que o pecado vai além do pensar humano e sobrevive nas estruturas que são legadas de uma geração para outra.

É nos profetas que a teologia do pecado atinge seu ápice no Antigo Testamento. Para eles, o tema do pecado se situa no contexto da história. Pecar seria um mergulhar na iniquidade ou na negação ao projeto salvífico de Deus. Ao povo de Deus é que caberá a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Como vimos até aqui, o povo de Israel experimentou de fato diversas formas de celebrar a penitência, de poder manifestar a conversão e a reconciliação. Através de jejuns, oração, sacrifícios etc.¹¹³. Entretanto, a forma que nos chama à atenção é a “excomunhão” por um pecado grave, quando os chefes ou sacerdotes intervinham proferindo a sentença de excomunhão, seguida

¹¹² Cf. Jer 31, 31-34.

¹¹³ Cf. BOROBIO, D. *Celebrar para viver: Liturgia e Sacramento da Igreja*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003, p. 314.

de castigos ou condições para a participação na comunidade. É neste contexto que Jesus irá exercer sua missão¹¹⁴.

3.1.2. Novo Testamento

O Novo Testamento traz uma proposta nova, que passa pelo perdão e reconciliação, pregada por Jesus, apontando para a necessidade de uma conversão de vida, de uma mudança: *metanoia*¹¹⁵,

Não era tanto que Jesus pregasse contra o pecado em geral, nem os pecados individuais. Ele começou falando da situação concreta do pecado, da sua maldade diante da criação, e da opressão de sistemas sócio-culturais-religiosos, do mal feito por uma elite que se beneficiava deste sistema. Não estava condenando apenas aquilo que encontrou em Israel, mas todos os sistemas corruptos de todos os tempos. O poder do mal era muito maior que sua manifestação visível e concreta¹¹⁶.

Também se destaca no Novo Testamento a novidade do projeto salvífico trazido por Jesus, cujo fundamento não se basta em formas penitenciais, mas na transformação interna da pessoa humana. A pregação de Jesus sobre penitência e reconciliação ultrapassa a questão das leis, normas, mas reafirma a necessidade de mudança de atitudes, baseados em autênticos conselhos evangélicos, que deixam bem explícitos o sentido do perdão e da misericórdia de Deus¹¹⁷.

Como já mencionamos em relação aos profetas, podemos afirmar que Jesus estava em perfeita sintonia com eles, no sentido da necessidade de que cada indivíduo assumisse com muita responsabilidade os seus atos praticados.

O pecado, então, nesta concepção é um ato comunitário, pois se trata de uma infidelidade à Aliança feita com um povo. Na caminhada do povo de Deus, percebemos que esse mesmo povo, tinha uma noção real do que seria o pecado, de forma que o pecado tinha bastante influência negativa na vida comunitária, alcançando, inclusive, as gerações futuras¹¹⁸.

¹¹⁴ Cf. *Ibid.*, pp. 314-315.

¹¹⁵ Cf. Mc 2, 15 -17; Mt 4, 17; Lc 5, 12.

¹¹⁶ O'SHEA, K. The Functions and Disfunctions of the Idea of Sin In DUBLIN; GRILL; MACMILLAN. *History and Conscience*. [S.I.: s.n.], 1989, p. 209.

¹¹⁷ Cf. Mt 18; 20 – 20, 21 – 23.

¹¹⁸ Cf. HATER, R. Sin and Reconciliation: Changing Attitudes In *The Catholic Church Worship* 59 (1985), p.22.

A proposta de Jesus no Novo Testamento é a de um ser humano totalmente liberto da escravidão do pecado e daquilo que verdadeiramente o oprime em todas as suas dimensões. A proposta de Jesus é que o ser humano alcance seu próprio destino e vocação, sem que o pecado enfraqueça sua plena vontade¹¹⁹.

Cada gesto e atitude de Jesus, especialmente o carinho para com os pecadores arrependidos, estava na contramão da atitude farisaica de discriminação e separação. O projeto proposto por Jesus é instrumento de reconciliação, um novo jeito de religar laços até então rompidos. Sua misericórdia e compreensão são citadas no contexto bíblico quando ele sentava-se à mesa com pecadores¹²⁰ na dinâmica do perdão com a mulher adúltera¹²¹ na visita a casa de Zaqueu¹²².

No aprofundamento da teologia bíblica, encontramos a afirmação de que o pecado não representa simplesmente um ato, mas muito mais um poder e um estado. Como citado anteriormente, os profetas (bem como aparece nos evangelhos) perceberam essa realidade e ressaltam o pecado na dimensão pessoal mas, ao mesmo tempo, em relação ao descumprimento da Aliança.

No contexto do Novo Testamento, como estudamos até aqui, observamos que os cristãos têm consciência da missão salvífica e reconciliadora que vem da bondade infinita de Deus. Através do batismo, percebe-se claramente este significado, pois, são chamados a participar da nova vida e assim, chamados “santos”¹²³.

Mesmo batizados, condição em que ninguém deveria pecar, constatamos, no Novo Testamento, que há pessoas que não estão em sintonia com a comunidade chamada a viver plenamente a santidade¹²⁴. Aparecem algumas questões relacionadas a que atitude ter com esses que não viviam o projeto salvífico de Deus, donde surgem orientações práticas que vão desde conselhos morais até a busca de uma reconciliação fraterna, cuja busca do perdão mútuo tem sentido e valor. De acordo com Dionísio Borobio, se estabelece uma: “disposição para se reconciliar com irmão como condição para o perdão de Deus e a validade da

¹¹⁹ Cf. Jo 8, 11; Lc 18, 13.

¹²⁰ Cf. Lc 5, 26–32.

¹²¹ Cf. Jo 8, 1–11.

¹²² Cf. Lc 19, 1–10.

¹²³ Cf. 1Pd 1, 16.

¹²⁴ Cf. Mt 15, 19; Lc 18, 11.

oferenda. Deus perdoa nossas ofensas se nós perdoarmos aos que nos ofendem”¹²⁵.

Nesse contexto, observamos um Deus rico e cheio de misericórdia, que Jesus revelou em sua plenitude, através de gestos concretos. Um Deus que vai muito além de regras e normas pré-estabelecidas, que perdoa os pecados e introduz o ser humano de volta para a comunidade eclesial. Portanto, o Novo Testamento nos apresenta momentos marcantes e inesquecíveis do Deus que se aproxima da humanidade com uma mensagem salvadora a partir do verbo encarnado no meio da nossa humanidade fragilizada e pecadora. Assim, concluímos esta abordagem do Novo Testamento, afirmando que o nosso Deus é que ama e perdoa nossa fraqueza humana.

3.2.

Enfoque do sacramento da reconciliação a partir da Tradição e do Magistério

Desde o início, apesar da nossa reflexão anterior ter destacado o valor dado ao batismo e conseqüentemente ao seu efeito transformador para uma nova vida em relação à prática do sacramento da reconciliação, a Igreja estava consciente das fraquezas de seus novos membros, a partir da realidade frágil do próprio ser humano¹²⁶. Isto é, ser batizado não era suficiente para evitar as infidelidades e rupturas com o projeto salvífico de Deus para toda a humanidade.

Podemos dizer que o Sacramento da Reconciliação começou a ser desenvolvido a partir da Tradição, recebido somente uma vez durante a vida, como se fosse um segundo batismo. Desta estrutura vem a graduação dos pecados em graves e leves, de forma que o primeiro era redimido através do uso do sacramento e o segundo durante a celebração eucarística, quando se fazia uma revisão de suas faltas. Atualmente, notamos que a Eucaristia, de maneira ordinária na dimensão comunitária, tem sido usada para sacramentalizar o perdão dos pecados cotidianos, restaurando um princípio fundamental que vem com a Igreja primitiva que é o princípio da natureza reconciliadora da própria Eucaristia.

¹²⁵ BOROBIÓ, Dionísio. *Celebrar para viver: Liturgia dos Sacramentos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2009, p. 315.

¹²⁶ Cf. HUMBERT, A. Les Péchés de Sexualité dans le Nouveau Testament In *Studia Moralia*, 8 (1970), pp. 149-183.

Aprofundando esta questão em relação aos pecadores dos primeiros séculos, observamos certo medo em aceitar plenamente o batismo, pela exigência em manter seriedade quanto à fé cristã e à proposta do evangelho a partir de Jesus Cristo.

No decorrer da história percebemos o desafio de assumir plenamente o batismo a partir de uma conversão autêntica e verdadeira. Daí é que poderíamos dizer sobre a própria conversão de Santo Agostinho, que depois de uma longa experiência de pecado, ele percebe num determinado momento de sua vida a graça e o poder de Deus que é misericordioso e bondoso. Uma vez convertida, a pessoa recebia a Penitência solene realizada em um ato público, de forma que o pecador iniciava um longo período de separação e arrependimento¹²⁷.

Nesta perspectiva da Tradição destacamos uma nova modalidade alternativa importante, a penitência canônica, que viria dos mosteiros irlandeses. Nesses mosteiros, monges, clérigos e leigos confessavam suas faltas aos mais experientes, que orientavam e aplicavam uma penitência proporcional à gravidade de seus pecados. Uma vez cumprida a penitência que fora imposta, o penitente recebia o perdão.

Com a chegada desses monges irlandeses, pouco a pouco tal prática foi se aplicando à vida pastoral, especialmente ao sacramento de Reconciliação. Essa nova forma abre a possibilidade da pessoa receber o sacramento mais de uma vez e sem a presença do bispo.

É bom ressaltar que durante muitos séculos a Penitência solene caminhou ao lado da Penitência tarifada, mas nem sempre em perfeita harmonia, como apontam os estudos da época.

Em 589, foi realizado o Concílio de Toledo, na ocasião apresentou-se a nova prática que foi fortemente combatida e condenada, classificada como “detestável”, havendo uma determinação para que se retornasse à disciplina canônica em relação ao sacramento¹²⁸.

Ao ocorrer o Concílio em Chalon - sur - saône (813), então, pediu-se a volta do antigo sistema penitenciário, como um abandono explícito do sistema tarifário, apresentando como argumentação que os livros penitenciais apresentavam vários

¹²⁷ Cf. BERROUARD, M-F. La Pénitence publique Durant les six premiers siècles: histoire e sociologie. In: *La Maison Dieu* n. 118, 1974, pp. 92-130.

¹²⁸ Cf. McNEIL, J.T. *History of the cure on sons*. New York: Harper Torchbooks, 1965, pp.199-120.

erros e ameaças de fé cristã. Neste aspecto, apresenta-se de maneira explícita uma tentativa de recuperar a dimensão eclesial do sistema penitencial¹²⁹.

Com as reformas Carolíngias, entre os anos 768 e 814, foi realizado um acordo, que definia que um pecado que fosse considerado público mereceria um castigo ou penitência que eram impostos e, para um pecado particular, uma penitência mais leve.

Desde o século IX já era exigida uma certa periodicidade em relação a confissão, com isso o IV Concílio de Latrão (1215) apresentou um certo enraizamento da forma de confessar os pecados de maneira particular. Era necessário, então, dizer quantas vezes pecou, apresentando em detalhes o ato do pecado. Com a confissão regular, o sacramento deixou de ser um Segundo Batismo, ganhando um sentido relativo ao recebimento da Eucaristia, o sentido reconciliador deste sacramento.

Ao ocorrer o Concílio de Trento (1565), a centralização na confissão auricular foi ratificada, sem nenhuma mudança, onde pelo contrário aqueles que queriam reformas profundas perderam de certo modo espaço¹³⁰.

Surgiram, então, os manuais de teologia moral e a visão de um Deus misericordioso e bondoso foi sendo deixada de lado, dando lugar ao pensamento legalista. Era um tempo de profundo rigorismo em que aparece um acento sobre o pecado.

Concluimos que a Igreja, ao longo da História, apresentou, acima de tudo, a comunidade eclesial como uma verdadeira escola do exercício do perdão e misericórdia de Deus, que se revela em cada ser humano, de modo especial ao sofredor e pecador.

3.2.1. O Magistério

Como estudamos até agora, no decorrer da história foram apresentadas várias concepções diferentes sobre o Sacramento da Penitência, que irão

¹²⁹ Cf. VOGEL, C. *Le Pécher et la pénitence na Moyen Age*. Paris: Ed. Du Cert, 1982, pp. 196-197.

¹³⁰ Cf. FRANÇA MIRANDA, M. *Sacramento da Penitência*. O perdão de Deus na comunidade eclesial. São Paulo: Ed. Loyola, 1978, pp.52-53.

influenciar a comunidade cristã, nosso objeto de estudo, o lugar da experiência e bondade infinita de Deus¹³¹.

Em relação ao Magistério da Igreja, antes de tudo, percebemos que seu papel fundamental é,

Discernir mediante juízos normativos para a consciência dos fiéis, os atos que são em si mesmos conformes às exigências da fé e que promoveu sua expressão na vida, e aqueles que, pelo contrário, por sua malícia intrínseca, são incompatíveis com tais exigências¹³².

Neste aspecto, o Magistério oficial encontra a perspectiva do Concílio Vaticano II, bem como outra, ainda mais clássica, a tridentina. Na própria terminologia para denominar o sacramento nem sempre existe uma coerência. Enquanto o Concílio Vaticano II aborda o “sacramento da penitência” fazendo referência à reconciliação com Deus e com a Igreja¹³³, o “ordo penitencial” emprega amplamente a expressão ‘reconciliação’ para indicar a elevação do sacramento com um ou com muitos penitentes¹³⁴.

Já o Código de Direito Canônico parece indicar mais o termo “confissão”, sem deixar de renunciar a outras denominações em relação ao sacramento¹³⁵. Na exortação “*Reconciliatio et Paenitentia*”, o papa João Paulo II, além de falar das situações de pecado, exorta para a busca necessária de reconciliação e conversão no aspecto pessoal e externo¹³⁶.

O Catecismo da Igreja Católica por sua vez, fala da variedade de nomes que qualificam o sacramento da reconciliação: cura, conversão, penitência, confissão, perdão, reconciliação. O catecismo não indica preferências por aquelas que melhor expressem a essência do sacramento¹³⁷.

Portanto, nesta breve reflexão em torno do sacramento da reconciliação, vimos o quanto este “conflito de interpretações” é hoje presente na vida da Igreja, fazendo-se necessário buscar meios concretos para encontrar caminhos de resposta para nossa atualidade.

¹³¹ Cf. BOROBIO, Dionisio. *Celebrar para viver: Liturgia dos Sacramentos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2009, pp. 323–324.

¹³² SOBRINO, J. *Cristologia desde América Latina*. 2ª Ed. México: Ed. Cert., 1977, pp. 64–65.

¹³³ Cf. LG 11.

¹³⁴ VV.AA. *Penitencia y reconciliación*. Madrid: Marova, 1975, pp.55–59.

¹³⁵ Cf. CDC, câns. 959–991.

¹³⁶ Cf. RP, 204.

¹³⁷ Cf. CIC, n.1420s.

Queremos a partir desta avaliação concreta, a partir do Magistério Oficial, apontar caminhos novos que possam, de acordo a teologia e sua reflexão teológicas e pastoral apresentada com base numa categoria de valores, o resgate verdadeiro conteúdo essencial do sacramento, passando pela conversão profunda, que gera a reconciliação, fruto do perdão, que acontece, dentro de uma comunidade eclesial.

Com isso, mais do que nunca, precisamos repensar esse sacramento como um sinal de profunda conversão e mudança de atitudes.

3.3.

Sacramento da Reconciliação como sinal de conversão

De acordo com o exposto neste estudo até o presente tópico, o Sacramento da Penitência, via de regra, tornou-se um sacramento baseado no legalismo e assumido como se “fosse uma carga que se deve suportar porque pensamos que é necessário para o perdão dos pecados e nada mais...”¹³⁸.

Contudo, o Sacramento da Penitência não se resume a este princípio de reconhecer-se pecador e distante do projeto de Deus. É acima de tudo a certeza de um encontro cheio de misericórdia e bondade com o Deus de ternura e amor.

É refletindo nesta dimensão que percebemos o sacramento da Penitência como sinal profundo da conversão de cada ser humano, que através de seus erros busca a reconciliação com Deus e com os irmãos em uma comunidade. Através da conversão, e uma vez perdoado, o ser humano participa plenamente da comunhão com Deus e com a Igreja, uma vez que se deu o arrependimento pelos erros e faltas, o que conduzirá à conversão de maneira profunda.

Assim, a conversão é um dos principais temas bíblicos, pois motiva-nos a uma reflexão profunda sobre a dinâmica da salvação e da experiência de fé; impulsionou vários profetas na Bíblia à pregação da conversão como um processo de vivência do amor de Deus. No passado, como o pecado era visto de maneira individual e intimista, também a conversão era um processo individual e isolado da pessoa com Deus. Ou seja, a conversão era vista e entendida como abandono do pecado pessoal e reconciliação íntima com Deus. Porém, como já destacamos, o enfoque sobre o pecado sofreu uma mudança substancial e, conseqüentemente,

¹³⁸ BOROBIÓ, Dionísio. *Celebrar para viver: Liturgia dos Sacramentos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2009, p. 324.

também o enfoque da conversão. Do plano meramente objetivo (comunitário), passou-se para um plano subjetivo; quer dizer a partir do indivíduo em si mesmo¹³⁹.

Salientamos que a conversão como pecado é, antes de tudo, um processo que se destaca pelo dinamismo e profundidade expressos num contexto e ato determinados. Por isso é que entendemos a conversão não como uma vivência mas como uma experiência. Esta experiência se traduz em um movimento contínuo e profundo que percorre toda a existência humana.

O que caracteriza, de fato, a conversão não é somente uma pura indignação, mas a esperança de vitória, em Cristo, sobre o pecado em todas as suas dimensões. Cristo faz um chamado para o seguimento radical e real ao seu apelo, para mudança e transformação em vários aspectos e níveis¹⁴⁰.

Hoje, precisamos entender mais do que nunca que o Cristo vem ao encontro do ser humano, lhe promete o seu perdão manifestado de modo privilegiado através da Igreja. A partir daí, é necessário entendermos o ser humano como aquele que tem um desejo de reconciliação, sendo alguém mergulhado numa sociedade marcada por conflitos e necessitada de um processo de conversão. Observamos que o ser humano anseia por esta conversão e busca, de maneira concreta e não abstrata, uma reconciliação num mundo em mudança¹⁴¹.

Diante desta sociedade marcada pela mudança e por muitos conflitos é que podemos dizer que não vivemos em um mundo reconciliado. Ao contrário, vivemos em nossa sociedade a marca da indiferença, do individualismo. Vivemos sob a sensação de estar num “mundo despedaçado”¹⁴².

A conversão, como experiência pascal, atinge o cerne da pessoa, implicando numa decisão profunda, a partir da qual o ser humano se relaciona com Deus, o outro e o mundo. Então, a conversão não é pura intenção de mudar mas é uma mudança que se manifesta nos atos e no contexto geral da vida.

Se a conversão é uma radical decisão do homem para Deus, devemos, outrossim, deixar bem claro que a conversão só existe porque Deus primeiro se

¹³⁹ Cf. BAUMGARTNER, K.O pecado de conversão e seus acompanhantes In *Concilium*, 35 1987 pp. 192–203.

¹⁴⁰ Cf. CIC, n. 1439.

¹⁴¹ Cf. ROCHA, M.O *seguimento de Jesus Cristo*. In *REB* 34, fasc. 134, 1982, p. 11ss.

¹⁴² Cf. RP, 1-2.

converteu para o homem. Isso se nota muito bem nos profetas¹⁴³. Deus sempre quer a salvação dos seus filhos e nunca abandonou o homem, apesar do pecado. O homem percebe a proposta salvífica de Deus e dá uma resposta através da conversão, que é o sinal visível de uma humanidade reconciliada em Cristo¹⁴⁴.

3.4.

O sacramento da volta: O perdão se torna visível

Depois de um breve estudo sobre o sacramento da penitência no que tange à Tradição da Igreja e ao próprio Magistério, desejamos agora ressaltar o papel específico desse sacramento.

Trata-se então, de mostrar claramente o lugar primordial do sacramento da penitência, que significa numa perspectiva teológica a mediação do perdão de Deus que se torna visível.

Com o desafio proposto de repensar o sacramento da reconciliação, destacamos já anteriormente a problemática do pecado e de sua remissão. Agora, queremos ressaltar a dimensão e compreensão da reconciliação e do perdão numa perspectiva eclesial, que leva a uma conversão verdadeira, em todos os níveis: social, político, econômico e religioso¹⁴⁵.

Sem dúvida, alcançando esta compreensão da reconciliação e do perdão em sua dimensão eclesial, estaremos tocando na essência do sacramento e de seu profundo significado, porque ele exprime visibilidade, diante de uma realidade que se articula das mais diferentes formas e meios dentro da Igreja.

A reflexão do perdão dentro da Igreja deve vir de uma compreensão mais vasta de Cristo, que é o próprio Sacramento do Pai. Isto é, por sua vez, passado para a Igreja, sacramento universal do perdão de Jesus, que se concretiza nas várias dimensões e gestos da igreja.

Somente desse modo pode-se responder à sensibilidade de quem vê e vive a reconciliação e o perdão, não apenas individualmente, no sacramento, mas também na vivência comunitária, dentro de uma comunidade eclesial, na luta

¹⁴³ Cf. Jer 3, 12 – 14.

¹⁴⁴ Cf. DHÔTEL, J. C. *A conversão ao Evangelho*. São Paulo: Paulinas, 1977, pp. 83-136.

¹⁴⁵ Cf. RONDET, H. Esquisse d'une histoire du sacrement de pénitence In *Nouvelle Revue Théologique*, 80, 1958, pp. 561–580.

diária por um mundo melhor e no engajamento contra injustiças, em que se faz necessário o perdão e a reconciliação¹⁴⁶.

Assim, podemos afirmar que a comunidade eclesial seria o lugar concreto da infinita misericórdia de Deus, onde a humanidade, para viver este perdão, precisa constantemente se afastar daquilo que não faz parte do projeto de Deus, que gera o pecado e como consequência o distanciamento do perdão de Deus¹⁴⁷. Na perspectiva do sentido reconciliador do sacramento é que entendemos a necessidade do ser humano buscar esta volta através da conversão de modo que possa se reconciliar definitivamente com Deus¹⁴⁸.

Nesse processo de volta, a comunidade eclesial será fundamental para acolhida e vivência concreta do amor e da misericórdia de Deus. Podemos afirmar que a missão da comunidade eclesial é essencialmente reconciliadora, pois ela é sacramento, se tornando sinal e instrumento de comunhão com Deus e unidade com todo o gênero humano. Notamos que a reconciliação sacramental restabelece a comunhão com Deus, que é sinal visível dessa misericórdia em relação a todo o Seu povo.

A Igreja, como sacramento da salvação, tem a missão ser verdadeiro instrumento, conduzindo toda humanidade à plena reconciliação com Deus, consigo mesma e com toda criação, numa verdadeira exortação à vivência do perdão e um chamado constante para à conversão¹⁴⁹.

Cabe de modo particular à Igreja, a quem foi confiado este ministério de reconciliação mediante a concepção de povo sacerdotal, animar e suscitar em todos a responsabilidade sobre a reconciliação, que depende de cada um. A “Igreja age de diversos modos no exercício da obra de reconciliação que Deus lhe confiou”¹⁵⁰.

Entendemos que a missão reconciliadora é tarefa de toda a comunidade eclesial, a partir do batismo, que foi conferido a cada um, desde os ministros que foram ordenados “*in persona Christi-Ecclesiae*”, leigos até aqueles com o “exercício responsável de seu sacerdócio universal”¹⁵¹.

¹⁴⁶ Cf. *Ibid.*, pp. 581–584.

¹⁴⁷ Cf. BREUNING, W. Jesus Cristo o Salvador In *Mysterium Salutis* V/3, cap. VIII.

¹⁴⁸ Cf. 2Cor 5, 18s.

¹⁴⁹ Cf. LG 48.

¹⁵⁰ RCP. Tradução portuguesa para o Brasil. São Paulo: Paulus, 1999, introdução, 8.

¹⁵¹ BOROBIO, Dionísio. *Pastoral dos Sacramentos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 212.

Uma vez reconciliada, a pessoa está pronta para a vivência fraterna e solidária do testemunho cristão, que a modifica e faz anunciar o evangelho de Jesus Cristo por todo parte. Aí se inscreve o papel da Igreja como comunidade reconciliada e reconciliadora, dando testemunho de vida eficazmente reconciliada e “promovendo a reconciliação em suas diferentes esferas da vida pessoal e social”¹⁵².

É bom destacar que é Cristo o grande reconciliador de toda história, pois sua reconciliação é definitiva e escatológica. Assim, cada batizado tem a missão de viver esta dinâmica da reconciliação como verdadeiro seguidor de Cristo.

Neste processo de visibilidade do perdão de Deus e de sua constante atualização é que percebemos a reconciliação como um itinerário de fé. Em Mt 18, 15-18, temos um exemplo de itinerário a partir do encontro dois a dois quando o erro é apontado; posteriormente outro encontro em que estejam presente de dois a três irmãos e, por fim, um encontro com toda comunidade. Tal exemplo nos aponta a tarefa de, pelo diálogo e encontro com o próximo, procurar ajudá-lo a retornar e voltar para o caminho de Deus.

A partir desta reflexão é que desejamos conduzir nossa abordagem sobre o sacramento da reconciliação, tomando o desafio de apresentar de maneira sistemática o valor da comunidade para a volta do pecador, recuperando, assim, a noção antiga de Igreja.

No estudo que segue, queremos aprofundar a dimensão e o lugar da Igreja como sinal do perdão e da graça. De maneira bem sintética vamos, a seguir, mostrar o papel e o sentido da Igreja como sinal da vivência e da misericórdia em que possa ser, de fato, uma comunidade de salvação.

3.5. Igreja: Comunidade que é sinal da vivência da misericórdia de Deus

Consideramos, a partir da breve reflexão realizada, o sentido da Igreja como uma autêntica comunidade de reconciliação para com um Deus cheio de misericórdia e bondade. Queremos apresentar o papel fundamental da Igreja como aquela cuja missão é ser intercessora e mediadora do perdão que vem de Deus.

¹⁵² RP, nn. 10 e 11.

Partindo da certeza de que a Igreja continua ao longo da História, o projeto salvífico que vem com Cristo, que é a presença de Deus em nosso meio, e, portanto é “santa porque nela Deus continua sua presença e sua ação na história através do seu Espírito que anima e vivifica”¹⁵³; sendo a Igreja assembléia do povo de Deus, reunindo a família de todos os batizados - os filhos do meu Pai, ela convida e chama a cada um para viver o amor e a fé que se concretiza na vivência fraterna e misericordiosa de Deus.

Assim, quando pecamos cometemos uma infidelidade a esta missão que vem através da nossa fé batismal, o que nos separa profundamente de Deus e da comunhão com a Igreja. A comunidade em sua totalidade se sente também comprometida por esta falta. Com isso, a Igreja uma vez sujeita aos pecados de seus membros, deve sempre buscar a purificação e sempre reformar e atualizar sua mensagem¹⁵⁴.

Este aspecto eclesiológico em relação ao pecado¹⁵⁵, nos remete à reflexão em relação ao Espírito Santo e ao Corpo Místico de Cristo, que se concretiza na Igreja sinal de reconciliação com Deus que se dá na reconciliação com ela mesma.

A Igreja, sendo o corpo de Cristo e a comunhão dos santos, está presente na caminhada de todo o processo penitencial, através de sua pregação e convite permanente à conversão, além de consolar e acolher através de uma atitude permanente.

Podemos dizer que o ser humano, além de receber e fazer a experiência da misericórdia de Deus é chamado em sua vida cotidiana a colocar em prática a misericórdia que um dia recebeu de Deus. Em resumo, ele experimenta a misericórdia divina, na medida em que, aos poucos irá se transformando em seu íntimo, “segundo o espírito de tal amor para com o próximo”¹⁵⁶.

Como já mencionamos, a Igreja que é o sinal visível da misericórdia divina, tem como missão testemunhar este perdão em todas as suas dimensões. O papa João Paulo II aponta que a “Igreja de Deus é chamada por Cristo a manifestar a um mundo fechado no emaranhado das suas culpas e dos seus sinistros propósitos,

¹⁵³ FRANÇA MIRANDA, M. *Sacramento da Penitência*. O perdão de Deus na comunidade eclesial. São Paulo: Loyola, 1978, p. 39.

¹⁵⁴ Cf. LG, 8.

¹⁵⁵ Cf. RP, 5.

¹⁵⁶ DM, 14.

que apesar de tudo, Deus, na sua misericórdia, pode converter os corações à unidade, fazendo-os acender à sua própria comunhão”¹⁵⁷.

A Igreja que é portadora do projeto salvífico se torna o “sacramento da salvação”¹⁵⁸, assumindo de maneira bem concreta a missão de ser sinal de reconciliação. Pois o Deus cheio de misericórdia está sempre pronto a perdoar e a dar uma nova oportunidade aquele que se afastou de seu projeto¹⁵⁹.

Assim, a Igreja se torna penitente com aqueles que são penitentes, está sempre buscando a conversão com aqueles que buscam profundamente a conversão, ou seja, a Igreja é, por natureza, reconciliadora¹⁶⁰.

Nesta dinâmica da reconciliação, a Igreja, a partir de Jesus Cristo, não cessa de convidar a humanidade a uma plena conversão, apontando caminhos que levam à reconciliação, como a oração, como nos diz a carta de São Tiago: “Confessai, pois, uns aos outros, vossos pecados e orai uns pelos outros, para que sejais amado”¹⁶¹. Ou através da pregação e testemunho que geram um amor capaz de superar todos os erros, levando à busca de um perdão mútuo e a vivência fraterna da misericórdia divina.

Em sua obra sobre o sacramento da penitência, França Miranda esclarece que a reconciliação com Deus não é isolada da reconciliação com a Igreja, uma vez que a Igreja é corpo de Cristo, sendo cada batizado um membro desta comunidade¹⁶². Desta maneira, a reconciliação é sempre eclesial, pois é o próprio Cristo que concede à sua Igreja o poder de redimir os pecados¹⁶³.

Concluindo, afirmamos que toda a Igreja é chamada a perpetuar o gesto de Jesus através do perdão, sinal presente da infinita misericórdia de Deus em relação a todos aqueles que buscam uma sincera conversão. A Igreja, participa, portanto, ativamente do processo de reconciliação daquele que sinceramente se arrependeu e busca o seu perdão.

¹⁵⁷ UUS, 93.

¹⁵⁸ LG, 48.

¹⁵⁹ Cf. Ef 2, 4.

¹⁶⁰ Cf. BOROBIO, Dionísio. O perdão sacramental dos pecados In *Concilium* 1986/ 2, p.105.

¹⁶¹ Tg 5,16.

¹⁶² Cf. 1Cor 12, 27.

¹⁶³ Cf. FRANÇA MIRANDA, M. *Sacramento da Penitência*. O perdão de Deus na comunidade eclesial. São Paulo: Loyola, 1978, p. 40.

3.6. Renovação do sacramento no Vaticano II

É importante destacarmos que o sacramento da reconciliação, como todo o sacramento, é celebração litúrgica e não simplesmente um ato privado¹⁶⁴. Com isso, queremos mostrar aquilo que de fato é específico do sacramento. Foi possível trabalhar novas perspectivas teológico-pastorais, visando uma renovação para o mundo contemporâneo.

Assim, ainda antes da reforma que o Concílio Vaticano II trouxe, a Igreja já havia iniciado uma reflexão acerca da pluralidade de formas penitenciais, através de um novo senso comunitário que exigia um olhar para uma participação mais ativa e dinâmica. O Vaticano II, colaborando com esta abertura, vem oferecer maior riqueza e clareza ao rito e às fórmulas, levando em conta a dimensão eclesial, tendo na celebração sacramental, como também não sacramental, bem como a preocupação com uma maior conexão entre a virtude da penitência e a celebração e vivência do sacramento em si¹⁶⁵.

O caminho para renovação da vida penitencial exigiu bastante esforço, provocando a reunião de duas comissões que trabalharam durante quase dez anos, para preparar uma liturgia do sacramento da reconciliação. As comissões encontraram várias dificuldades em relação ao trabalho, destacando de modo particular, a determinação do alcance da “absolvição sacramento geral”¹⁶⁶.

3.6.1. Ritual de Penitência

Finalmente, em 1973 foi publicado oficialmente o novo Ritual de Penitência, como fruto da renovação que o Concílio Vaticano II trouxe. O documento apresentou em seu conjunto alguns aspectos de mudança, como uma nova teologia da penitência num contexto histórico salvífico e trinitário, de caráter celebrativo, dimensão eclesiológica e comunitária, bem como a renovação do próprio rito e das suas diversas formas.

¹⁶⁴ Cf. SC 72, 109. CIC n. 1420s.

¹⁶⁵ Cf. BOROBIO, Dionísio. La recepción de la reforma litúrgica In *Phase* 147, 1987, pp. 252–402.

¹⁶⁶ OLALLA, E.J.Antón. Le celebrazioni comunitarie con confessione e assoluzione generalin el recente magistero In *Revista Liturgia* vol. 78, 1991, pp. 618–642.

Podemos dizer que o Ritual de Penitência, procurou de certo modo aplicar as linhas principais que tanto o Concílio Vaticano II queria para esta renovação. Esse novo ritual foi uma tentativa da Igreja de dar uma resposta à crise do sacramento da penitência como já abordamos anteriormente.

O Ritual de Penitência traz em si uma novidade importante. Apresenta claramente três possibilidades para o sacramento: parte da celebração individual, passa pela celebração comunitária (onde cada um acusa individualmente seu pecado), até a celebração comunitária com absolvição geral dos pecados¹⁶⁷.

Acreditava-se que a proposta das três possibilidades do Sacramento da Penitência colaboraria para uma melhor vivência do cristão em relação à dimensão reconciliadora e de conversão que o sacramento apresenta. No entanto, ao longo do tempo, observamos que o que ficou mais acentuado foi a forma ordinária do sacramento na perspectiva celebrativa individual¹⁶⁸.

3.6.2. Os desafios apresentados pelo novo Rito

Iniciamos esse tópico ressaltando que o Novo Rito adequa a celebração do sacramento da penitência à doutrina do Concílio de Trento, estruturada a partir de normas e encaminhamentos para a pastoral ao longo da história¹⁶⁹.

O Novo Rito traz, através das “Premissas do rito”, uma grande novidade, pois pela primeira vez, ao longo do percurso histórico, um documento oficial do magistério da Igreja aborda de maneira profunda os fundamentos em torno de uma teologia do sacramento da reconciliação, através de temas desafiadores à nossa realidade¹⁷⁰.

Ainda é bom salientar a articulação que o texto do novo rito faz, entre 3 partes: as premissas do rito, o rito em si e o apêndice. Nesta perspectiva, encontramos o desafio de examinar os principais temas apresentados pelo Novo Rito, destacando de maneira acentuada a resposta do documento ao debate teológico em torno dos temas relativos às “relações entre confissão individual,

¹⁶⁷ Cf. RCP, p. 8–12.

¹⁶⁸ Cf. RCP, p. 31.

¹⁶⁹ Cf. RAMOS-REGIDOR, José. *Teologia do sacramento da penitência*. São Paulo: Paulinas, 1989, pp. 500-501.

¹⁷⁰ Cf. *Ibid.*, p. 476.

absolvição geral e celebrações comunitárias”, que vimos tratando ao longo do nosso estudo¹⁷¹.

3.6.3. Significativa mudança na compreensão da reconciliação

O Novo Rito do sacramento da penitência, apresenta logo de início uma renovação no próprio vocabulário, a partir do vocábulo reconciliação, do verbo reconciliar, que aparece mais de vinte vezes ao longo de todo o documento.

Assim, podemos dizer que a reconciliação irá expressar a gratuidade que vem de Deus e, como já aprofundamos, propõe que uma mudança radical do ser humano em todas as suas dimensões.

É preciso resgatar a reconciliação no sentido do encontro do ser humano com Deus, partindo de sua livre iniciativa, de forma que o ser humano possa experimentar, em profundidade, a infinita misericórdia de Deus, o que forma a pessoa humana, capaz de se “reconciliar, ou melhor, se deixar reconciliar com seu criador¹⁷²”.

Portanto, a reconciliação em seu contexto bíblico, apresenta em si mesma um profundo significado que vai ao encontro de aspectos do próprio mistério salvífico, nos recordando de modo particular o sentido para o qual somos chamados à conversão, vivenciando uma experiência nova com Deus com o próximo.

O Novo Rito irá apresentar a reconciliação como um sinal importante na superação para o ser humano no que diz respeito às suas limitações, principalmente quando se trata do pecado e de suas consequências.

A reconciliação no Novo Rito se realiza, com efeito, a partir da iniciativa de Deus que, ao enviar seu Filho Jesus Cristo, propõe ao ser humano o restabelecimento da paz consigo, com a Igreja e com Deus. Isso quer dizer que uma vez aceitando a infinita misericórdia de Deus, o ser humano, através da conversão, busca de maneira concreta viver uma proximidade com Deus, que se revela através do próximo.

¹⁷¹ Cf. *Ibid.*, p. 477.

¹⁷² *Ibid.*, p.479.

O Novo Rito propõe a utilização do termo “reconciliação” apontando sua profundidade no aspecto religioso salvífico, também para uma reflexão teológica capaz de ir ao encontro do ser humano¹⁷³.

O teólogo José Ramos-Regidor “sublinha a iniciativa misericordiosa, livre e gratuita de Deus Pai por meio de Cristo no Espírito Santo, que se dirige à livre acolhida do homem pecador na Igreja e através do ministério da Igreja”¹⁷⁴.

3.6.4.

O sentido do mistério da reconciliação no projeto salvífico

O documento do Concílio Vaticano II introduz o “termo mistério da reconciliação” e apresenta o projeto salvífico de Deus, a partir de seu filho Jesus Cristo, que através de sua ressurreição e a ação do Espírito Santo, nos faz entender de fato a presença de um Deus verdadeiramente misericordioso e sinal visível de sua infinita bondade para com o ser humano¹⁷⁵. No mistério salvífico aparece a dimensão trinitária que traduz de modo particular, o sentido profundo da reconciliação em suas mais variadas perspectivas.

Entretanto, chamamos atenção para o fato do Novo Rito apontar demasiadamente numa direção vertical: “O Pai reconciliou consigo o mundo (...) restabelecendo a paz entre as coisas da terra e as do céu”¹⁷⁶. O documento não faz menção direta ao efeito horizontal que o mistério da reconciliação traz em si mesmo, colocando Cristo como aquele que trouxe ao mundo a certeza do perdão e da reconciliação, para formar um só povo¹⁷⁷.

Deixa em aberto também a dimensão comunitária e eclesial, que passa de um perdão que de certo modo possa levar a um irmão a se reconciliar com o outro, através da Igreja e da experiência que a comunidade transmite em si, em sua totalidade.¹⁷⁸

Na visão do teólogo José Ramos-Regidor, a ausência das duas passagens bíblicas citadas acima, deixa uma lacuna no Novo Rito. Na sua concepção, desde o início do documento seria necessário uma fundamentação sólida e capaz de ir ao

¹⁷³ Cf. *Ibid.*, p.480.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p.480.

¹⁷⁵ Cf. *Ibid.*, p.481.

¹⁷⁶ RCP, n.1.

¹⁷⁷ Cf. Ef. 2,14-18.

¹⁷⁸ Cf. Mt. 5,24.

encontro da essência do mistério da reconciliação em seus diferentes modos e diversas formas.

Neste contexto, no que concerne ao mistério da reconciliação, a Igreja terá um papel fundamental, já que é portadora do anúncio da salvação, através dos sacramentos: batismo, eucaristia e penitência, onde a reconciliação está de modo particular, presente a partir de uma realidade diferente dentre um contexto próprio sacramental¹⁷⁹.

É importante perceber que o Novo Rito aponta desafios teológicos e, principalmente, pastorais quando coloca a dimensão batismal e eucarística que o sacramento da reconciliação traz consigo, atualizando, assim, uma nova concepção em relação ao seu entendimento.

Em relação aos sacramentos do Batismo e da Eucaristia, ao longo do nosso estudo, reforçamos a tese de que para entendermos em profundidade o sacramento da reconciliação é preciso perceber seu alcance, considerando que essencialmente vão além da simples interpretação bíblica; ou seja, resgatar a essência e o caráter de conversão que há no batismo e na Eucaristia.

É no contexto bíblico que iremos encontrar, nas ações e atitudes de Jesus, uma insistência para que haja a conversão como um sinal concreto e resposta do ser humano ao apelo de Deus para uma mudança ampla. Com isso o documento introduz o sentido da conversão, correlacionando ao sacramento da reconciliação¹⁸⁰.

3.6.5. O Novo Rito da penitência na vida da Igreja

Prosseguindo nosso estudo no que tange ao mistério da reconciliação, historicamente presente na vida e na caminhada eclesial, é importante destacar o sentido da conversão da vida do ser humano e sua eficácia no dia a dia da pessoa.

O Novo Rito apresenta a reconciliação, como obra das três pessoas divinas, ou seja, apresenta a dimensão trinitário-cristológica como origem e presença do termo da reconciliação a partir do pecador que faz parte da vida da Igreja, mas,

¹⁷⁹ Cf. RAMOS-REGIDOR, José. *Teologia do sacramento da penitência*, pp. 481-482.

¹⁸⁰ Cf. RP, Decreto e nº 2.

que de certo modo são diferentes, em que cada pessoa da Trindade desenvolve uma função diferente na “economia da salvação”¹⁸¹.

Percebe-se claramente a infinita misericórdia de Deus, que se revela a cada pessoa, com um convite especial à conversão contínua, desafiando o pecador a “confrontar sua vida com o exemplo e com as palavras de Cristo”¹⁸².

Portanto, podemos dizer que o mistério de Cristo nos faz refletir e experimentar de modo particular a bondade de Deus, que amou tanto o mundo que nos enviou seu próprio filho para nos redimir de todas as nossas faltas, e nos trazer a salvação. E, que através do Espírito que veio em Pentecostes aos discípulos, move cada pecador a viver o perdão que vem através da conversão, ajudando cada um a se aproximar da verdade do sacramento da reconciliação, tornando visível o amor de Deus¹⁸³.

Mais uma vez, lembramos que a Igreja é portadora e destinatária direta da reconciliação que vem do Pai, e que convida a cada ser humano a uma mudança radical de vida. A Igreja é o “primeiro sujeito da penitência, e convertendo-se cotidianamente apressa o passo ao encontro de Cristo Senhor”¹⁸⁴.

O documento em si afirma que cada celebração da reconciliação é “liturgia da Igreja que continuamente se converte e se renova, celebrada pelo sacerdote com a participação ativa do penitente”¹⁸⁵.

A Igreja inteira é “instrumento de conversão”, apontando para cada pecador o caminho que conduz ao encontro de um Deus que não se cansa de dar uma nova chance àquele que se afastou do projeto do Criador.

Em vários momentos, o documento repete que a Igreja é sinal de reconciliação, lugar para que o pecador é chamado para viver a experiência deste amor profundo de Deus através do perdão.

O documento não menciona explicitamente se a reconciliação “com Deus nos é dada do ente através da reconciliação com a Igreja”. Em relação a este ponto, o documento limita-se à fórmula apresentada no Concílio Vaticano II, que

¹⁸¹ Cf. RAMOS-REGIDOR, José. *Op.cit.*, pp. 482-483.

¹⁸² Cf. RP, 15.

¹⁸³ Cf. RP, 7.

¹⁸⁴ RAMOS-REGIDOR, José. *Op.cit.*, p.484.

¹⁸⁵ RP, 11.

na *Lumen Gentium* afirma a presença “simultânea da reconciliação com Deus e com a Igreja”¹⁸⁶.

Destaca-se também a conversão como um dom, de forma que a Igreja e, de modo particular, cada penitente deve sempre através da oração pedir a Deus, que é misericórdia, para que o fortaleça para superar os obstáculos que o afastam do projeto salvífico de Deus Pai.

Outro aspecto é a dimensão cristológica que existe na confissão, e que nos convida a um resgate quando acusamos os pecados cometidos.

Percebe-se, ao longo do documento, algumas questões em torno do próprio tema da reconciliação, que consideramos poderiam ser mais explorados, articulados com o da penitência-conversão, trazendo assim a certeza do amor e da misericórdia que brota de um coração verdadeiramente convertido¹⁸⁷.

Por fim, notamos que o documento ressalta que o pecado de cada um causa na comunidade uma situação de divisão, além de ser uma falta em relação a si mesmo. Destaca ainda os pecados coletivos, mas se cala sobre “situações injustas” que surgem no mundo moderno a partir dos vários desafios sociais, o que muitas vezes impede e prejudica uma autêntica conversão e mudança de vida¹⁸⁸.

É, sem dúvida nenhuma, um posicionamento importante na caminhada eclesial não restringir a misericórdia e o perdão apenas ao sacramento da reconciliação, mas torna-se urgente alargar ainda mais os horizontes se quisermos compreender as possibilidades reais que nos são oferecidas teologicamente e pastoralmente para as várias “encarnações” do perdão de Deus.

Inicialmente, é bom ressaltar que a Igreja toda é o sacramento da salvação. Esta afirmação aparece várias vezes no Concílio Vaticano II. A salvação se mostra como redenção e perdão de nossas faltas. Ela, como totalidade, visibiliza (sinal) e comunica (instrumento) a salvação de Deus aos homes. Portanto, se a Igreja é o sacramento universal da salvação, então todos os seus gestos e realidades eclesiais possuem um caráter sacramental¹⁸⁹.

Historicamente, observamos várias formas de realização do perdão. Do século I até o Concílio de Trento, a Igreja conheceu várias formas de confissão: pública, solene, tarifária, secreta, comunitária. Mas todas ainda estavam ligadas ao

¹⁸⁶ LG, 11.

¹⁸⁷ Cf. RP, 36.

¹⁸⁸ Cf. RAMOS-REGIDOR, José. *Op.cit.*, pp.486-487.

¹⁸⁹ LG 1,48.

sacramento estritamente mas que diz respeito a confissão individual. Da mesma forma, sempre se reconheceu o caráter de perdão em outras práticas, como a oração, Eucaristia, esmola.

Hoje, na pastoral, devemos de maneira bastante concreta colaborar para que a comunidade viva com profundidade o sacramento da reconciliação, recuperando a noção de Igreja como sacramento do perdão, que se comunica nas várias manifestações da Igreja e da vida cristã.

Assim, o Sínodo de 1983 traz uma resposta aos desafios sobre a Reconciliação e a Penitência.

3.6.6. Sínodo de 1983 sobre a Reconciliação e a Penitência

Na mesma direção de renovação do Concílio Vaticano II, destaca-se a renovação do Código de Direito Canônico em 1983. Ocorreu uma Assembléia do Sínodo dos Bispos, cujo tema foi a Reconciliação e a Penitência na Missão da Igreja. Neste Sínodo tratavam do tema da penitência num contexto atual, apontando para necessidade de uma profunda reconciliação, além do tema do pecado como sinal de alienação e da conversão como sinal de mudança e comunhão com a missão da Igreja.

Nesta Assembléia Sinodal, a partir dos princípios teológicos apresentados pelo Concílio Vaticano II, procurou-se estabelecer algumas normas para este sacramento, tendo em vista o vínculo entre o pecado¹⁹⁰, sua compreensão ética e teológica frente ao mundo e a sociedade em que vivemos. Assim, foi apresentada, ao final do Sínodo, uma “Síntese” daquilo que fora refletido e debatido pelos bispos sinodais¹⁹¹.

Podemos dizer que tal sínodo apresentou uma preocupação muito maior em relação às questões pastorais, como, por exemplo, a confissão dos pecados daqueles que estavam sendo evangelizados em diversos campos de missão. Com isso, a preocupação dogmática ficou em segundo plano. Portanto, concluímos que ocorreu a constatação de uma “crise” em relação à penitência individual e à necessidade de um aprofundamento da natureza e estrutura do sacramento da

¹⁹⁰ Cf. GS, n. 10.

¹⁹¹ Cf. MARTINI, Cardeal. Relação – Síntese sobre o tema, do Sínodo. In *SEDOC*, v. 16/ 167, Dezembro, 1983, pp. 524–528.

penitência, bem como sobre o rito da absolvição geral, um necessário resgate de sua imagem como sinal profundo de reconciliação.

3.6.7. Exortação “Reconciliatio et Paenitentia”

O Sínodo dos bispos sobre o sacramento não conseguiu resolver de maneira concreta as questões levantadas e abordadas sobre a crise em relação ao sacramento. O que se observou foi que as discussões em relação ao sacramento não avançaram como era esperado, e, assim, o que foi apresentado refletiu uma enorme variedade de aspectos e pontos diversos de referência. O Sínodo evidenciou, de certo modo, a “tradição”, não focalizando de maneira mais categórica o sentido do sacramento da penitência inserido nas diversas realidades pastorais e a sociedade moderna.

Somente um ano depois do Sínodo dos Bispos de 1983 foi publicada a Exortação do Papa João Paulo II: *Reconciliatio et Paenitentia*. O documento abordou a questão da compreensão do sacramento no contexto da história da salvação, com uma dimensão de reconciliação, e a tarefa reconciliadora da Igreja, além de conceituar as categorias “pecado social”, “pecado estrutural” e, dentre outras coisas, o sentido e função do ministro e do valor dos atos do penitente.

Em resumo, destacamos que o texto da Exortação Apostólica, não atendeu de maneira efetiva os anseios e necessidades do mundo atual. Também não se debruçou sobre as preocupações expressadas pelos Bispos do Sínodo. Com isso, o documento apresentou lacunas e limites em relação ao esclarecimento do aspecto da reconciliação com a Igreja, um enfoque na insistência da confissão pessoal dos pecados como algo necessário para receber o perdão de Deus, reafirmando a celebração individual do sacramento, como na forma ordinária¹⁹².

O que podemos concluir é que a Exortação Apostólica em si, foi uma mera repetição da doutrina do Concílio de Trento. Destacamos a ausência de uma aplicação pastoral concreta de fato coerente sobre as “manifestações da reconciliação na vida através do sacramento”¹⁹³.

¹⁹² Cf. RP, n. 28–32.

¹⁹³ BOROBIO, Dionísio. O perdão sacramental dos pecados In *Concilium* 204, 1986, pp. 234–252.

3.6.8. Exortação Apostólica Pós Sinodal “Sacramentum Caritatis”

No ponto anterior apresentamos a Exortação “Reconciliatio et Paenitentia”, que aborda o sacramento da reconciliação no pontificado de João Paulo II, fruto de um Sínodo dos Bispos.

A Exortação Apostólica Pós Sinodal “Sacramentum Caritatis”, fruto da XI Assembleia dos Bispos, realizada em outubro de 2005, publicada por Bento XVI, abordou o tema da Eucaristia. Este documento dá uma ênfase à Eucaristia como o centro do mistério da fé cristã¹⁹⁴. Apresenta vários aspectos do dogma e da moral dos cristãos apontando a unidade destes em torno das exigências do amor. No documento, Bento XVI recorda o axioma “orandi lex credendi”, em que afirma:

é necessário viver a Eucaristia como mistério da fé autenticamente celebrado, bem cientes de que a inteligência da fé (intellectus fidei) sempre está originariamente em relação com a ação litúrgica da Igreja (...). Neste âmbito a reflexão teológica não pode prescindir jamais da ordem sacramental instituída pelo próprio Cristo; por outro lado, a ação litúrgica nunca pode ser genericamente, prescindindo do mistério da fé¹⁹⁵.

Em relação ao sacramento da reconciliação, o papa Bento XVI reforça a exigência de “uma decisiva recuperação da pedagogia da conversão que nasce da Eucaristia”¹⁹⁶. A partir deste aspecto, reforça a necessidade da confissão frequente, da atenção às normas pastorais, tanto nas paróquias como em nível diocesano, indicando, inclusive, o uso e a colocação de confessionários bem visíveis, garantindo sempre a presença do sacerdote¹⁹⁷ e uma “adequada pastoral das indulgências”¹⁹⁸.

Percebemos algumas questões relevantes que a Exortação - Sacramentum Caritatis traz em relação a várias inquietações sobre a Igreja, os sacramentos de modo geral e, em particular, o sacramento da reconciliação, justamente o enfoque de nossa pesquisa e trabalho.

A partir da leitura do documento, podemos perceber que sua publicação nada mais foi do que a expressão dos desejos e sugestões apresentados pelos

¹⁹⁴ Cf. SCa, n. 11.

¹⁹⁵ SCa, n. 5 e 9.

¹⁹⁶ SCa, n.34.

¹⁹⁷ SCa, n.21.

¹⁹⁸ Sca, n.64.

Bispos no Sínodo de 2005. Observa-se que no documento não há determinações e sim um resumo das recomendações dos Bispos.

A Exortação Apostólica Pós Sinodal *Sacramentum Caritatis* propõe simplesmente uma releitura da tradição da Igreja, sem trazer nenhuma revelação ou inovação quanto à disciplina da Igreja.

Portanto, o que propomos em nossa tese, é justamente apontar novos caminhos para a compreensão do sacramento da reconciliação, indo além do que o documento reafirma e reforça dando a impressão de uma volta ao passado, recomendando o canto gregoriano e o latim. Pelo menos nas celebrações internacionais, além de “confessionários visíveis” e a confissão através do penitenciário.

O que desejamos apontar com o estudo até aqui apresentando exige um repensar a partir das inquietações do próprio clero e da sociedade em si, partindo da necessidade de irmos além do que foi exposto no documento, que não aprofunda a valorização das celebrações penitenciais não sacramentais e o próprio ministério do perdão (que iremos citar mais à frente) como busca de um novo caminho para o sacramento da reconciliação, atendendo aos anseios de uma profunda tentativa de mudança.

É nesta direção que queremos, a seguir, apresentar novas perspectivas do sacramento, indo para além daquilo que o documento reafirma e propõe.

3.7. Perspectivas atuais da teologia do sacramento

Prosseguindo nossa reflexão sobre os desafios pastorais para o sacramento, queremos apontar algumas perspectivas para seu aprofundamento para uma eficaz atualização no contexto atual, como já apontamos em nosso estudo.

Começamos a apresentar alguns caminhos possíveis para a superação do descontentamento em relação ao sacramento da penitência, de modo específico a relação com a prática da confissão individual. Daí nosso desafio de repensar e resgatar a dimensão comunitária que historicamente o sacramento traz como as experiências de celebrações comunitárias penitenciais não sacramentais, ocorridas na França¹⁹⁹.

¹⁹⁹ Cf. MEURICE, R. Les Célébrations de La penitence. Suggestions et experiences. In *La Maison Dieu* 56, 4, 1958, pp. 70-96.

Falando em perspectivas atuais observamos que alguns teólogos apontam que, de fato, a celebração comunitária com absolvição geral pode ser um instrumento de reconciliação profunda. No caso de um rompimento com a comunhão eclesial, aí sim, haveria a necessidade de uma celebração individual com o penitente²⁰⁰.

É importante reafirmar que o fato da crise do sacramento em si é um dos aspectos da problemática em torno do pecado e da dinâmica do perdão. Surge o desafio da Igreja procurar, dentro da comunidade, um meio de trabalhar com muita responsabilidade novas formas para a sacramentalização do perdão dos pecados, levando em conta os anseios pastorais do nosso mundo atual²⁰¹.

Também observamos como um dos grandes desafios atuais em relação à crise do sacramento da reconciliação a necessidade de superação da imagem que se construiu sobre Deus, a Igreja, sobre a missão da Igreja em relação ao pecado do mundo e suas consequências na vida do próprio ser humano. Emerge daí o desafio de pensar o autêntico sentido da fé no Deus de Jesus Cristo e em sua obra de reconciliação, através de cada ser humano.

No primeiro capítulo, afirmamos que uma vez que a fé em Deus está desvirtuada do seu sentido profundo, a própria questão e reflexão sobre o pecado da conversão se esvazia, pois o ato de acreditar em Deus é um pressuposto essencial e fundamental para a vivência do sacramento da reconciliação em sua totalidade. Com o mundo secularizado em relação à noção de pecado, em que a dimensão teológica desaparece, percebemos claramente o enfraquecimento do sentido do sacramento da reconciliação.

O desafio de compreender o sacramento da reconciliação hoje está justamente na perspectiva de uma abertura maior à dimensão eclesial e reconciliadora, fazendo com que o ser humano possa resgatar sua sensibilidade para lutar contra tudo aquilo que impede de verdade o projeto do Reino de Deus acontecer. Para uma autêntica renovação do sacramento da reconciliação será necessária uma interpretação atualizada das realidades do sentido de pecado e da

²⁰⁰ Cf. RAMOS-REGIDOR, J. Teologia do Sacramento da Penitência In: *Concilium* 61, 1971/1, pp. 363-364.

²⁰¹ McCUE, J. F. A penitência como sinal sacramental específico. In: *Concilium* 61, 1971, pp. 44-53.

graça, tendo como base a revelação cristã, na contemporaneidade, com a Igreja sempre presente na vida do ser humano²⁰².

Há uma grande necessidade de integrar alguns elementos ao sacramento da reconciliação para melhor compreensão e vivência de seu sentido profundo. A primeira é a dimensão mistérico-pascal, vencendo o legalismo o ser humano pecador teria seu encontro com o mistério pascal de Cristo através da mediação concreta de uma comunidade, que o ajudaria em todas as suas dimensões. Isso ajudaria na superação do excesso de individualismo que pesa sobre o sacramento, recuperando a dimensão eclesial do pecador, num contexto comunitário. Outro importante elemento é a valorização da relação do sacramento da reconciliação. Com os demais sacramentos do perdão, - o batismo, eucaristia e o sacramento da unção dos enfermos -, como um sinal da presença misericordiosa de Deus, que acolhe a todos aqueles que procuram uma conversão sincera²⁰³.

Podemos dizer que superando uma visão meramente legalista da conversão e do perdão o ser humano poderá viver em profundidade uma conversão permanente, presente em todo momento de sua vida. O sacramento da reconciliação se tornará sinal de esperança, através de uma fé profunda na misericórdia que Deus tem para cada um.

Na Conferência de Aparecida, encontramos, a respeito da vivência do sacramento da reconciliação, o desafio dos batizados de poder “renovar a graça batismal” e viver com renovado ardor o discipulado e a missionariedade que Jesus propõe a todos²⁰⁴.

O sacramento da reconciliação deveria ser visto como um verdadeiro processo, superando assim os conflitos de interpretações, onde o sacramento assumiria um único itinerário. A partir do Evangelho de Mateus (18,15-18), encontramos os primeiros passos para a vivência concreta do sacramento da reconciliação como “itinerário”. Isso se dá no encontro dois a dois, quando faz-se a oportunidade de se apontar os erros, falhas, um momento marcante para a comunidade.

Nessa direção, o desafio do sacramento da reconciliação é vencer a idéia do mundo moderno de uma realização meramente pessoal e da liberdade de orientar

²⁰² GS 1

²⁰³ RAMOS-REGIDOR, J. Teologia do Sacramento da Penitência In: *Concilium* 61, 1971/1, pp. 287-290.

²⁰⁴ DAp 177.

sua própria vida, sem levar em conta o desafio comunitário. Sensibilizar para a necessidade de viver o projeto de Jesus Cristo, na radicalidade e no compromisso com o próximo faz total diferença²⁰⁵. O sacramento da reconciliação enfrenta, no mundo moderno, uma série de questionamentos e interpretações em relação ao seu verdadeiro sentido. Como já exposto, o problema do sacramento é a concentração numa única maneira de celebrá-lo. No Concílio Vaticano II, percebemos um tímido avanço e adequação do sacramento da reconciliação para à nossa sociedade atual²⁰⁶.

Em vista dos conflitos de interpretação sobre o sacramento da reconciliação, a Igreja percebe cada vez mais a necessidade de apresentar novos meios para dar resposta aos anseios do povo de Deus.

Assim, afirmamos que no que se refere aos conflitos de interpretação do sacramento é preciso não somente uma mudança no sentido de “*essentia sacramenti*”, ou seja, ou seja, a quase matéria, da compreensão em seus atos e a “forma” da “reconciliação-absolvição”. Daí, a diferente valorização e ordenação que em si, estes atos tiveram no decorrer do percurso histórico²⁰⁷.

3.8.

O hoje e amanhã do sacramento da reconciliação

A partir de nossa pesquisa queremos apresentar um enfoque desafiador e significativo para uma mudança em relação ao sacramento da reconciliação, levando em consideração o que até aqui apresentamos - desde as questões antropológicas em torno do ser humano face ao pecado, as relações de intersubjetividade na relação do indivíduo com a comunidade, o enfoque teológico e pastoral do sacramento da reconciliação ao longo da história.

Destacamos agora o significado do sacramento da reconciliação, que se manifesta através do perdão e da misericórdia de Deus. Reafirmamos a constatação de uma crise em torno do sacramento da reconciliação, apontando a necessidade de buscar saídas que possam resgatar e viabilizar o seu verdadeiro sentido.

²⁰⁵ Cf. TABORDA, F. *Sacramentos, Práxis e Festa*. Para uma teologia latino-americana dos sacramentos. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998, pp.11-18.

²⁰⁶ KASPER, W. Confissão sem confessorário? *In Concilium*3, 1967, p.32-40.

²⁰⁷ Cf. Concílio de Florença: DS 1323: “O quarto sacramento é a penitência, cuja quase-matéria são os atos do penitente (...)”. Cf. VV.AA. *Valore e attualità del saramento délla penitenza*. Roma: Ed. Liturgiche, 1974, pp.84-106.

É nesta perspectiva que queremos aprofundar alguns fundamentos específicos para uma renovação da pastoral da reconciliação. Sempre tendo presente a dimensão eclesial, em seu aspecto sócio-cultural, apresentando algumas propostas e questões acerca do sacramento. Com isso, queremos a partir do Magistério, demonstrar a urgente necessidade de transformação do sacramento da reconciliação.

3.8.1.

Pastoral do sacramento da Reconciliação: um desafio

A partir de nossa reflexão observamos a necessidade de um profundo resgate da valorização do sacramento como sinal do grande presente pascal de Cristo que é a reconciliação. É importante, além dos planos, dos projetos, repensar uma pastoral capaz de criar verdadeiros momentos celebrativos em torno do sacramento da reconciliação²⁰⁸.

Salientamos que em todos os sacramentos faz-se necessária uma participação da pessoa na realização do sinal sacramental, não só com a sua presença, mas principalmente através de uma atitude concreta de fé, que vem a partir do próprio dom do sacramento. Isso quer dizer que no sacramento da reconciliação, o sinal da visibilidade de participação é o encontro interpessoal, diferente, por exemplo, do matrimônio, onde sinais como alianças e outros símbolos marcam o compromisso²⁰⁹.

O desafio para o sacramento da reconciliação está justamente em mostrar a sua dimensão comunitária, no sentido de apresentar os sacramentos como celebrações que implicam a presença e a participação da comunidade. É importante perceber que nenhum sacramento implica uma comunitariedade única oficial, mas na referência e, sem dúvida, uma unidade de formas comunitárias que se integram de maneira complementar. Com isso podemos dizer que no sacramento da reconciliação se manifesta e se realiza de forma bem particular não só o sentido da analogia sacramental, mas também uma ação litúrgica que permite uma abertura de portas para uma renovação, mais correspondente à essência do sacramento e mais sensível ao mundo moderno.

²⁰⁸ Cf. SOTTOCORNOLA, F. *O sinal da reconciliação*. São Paulo: Paulinas, 1974, pp.205-206.

²⁰⁹ Cf. BOROBIO, Dionísio. *Inculturación del matrimonio*. Ritos y costumbres de ayer y de hoy. Madrid: Paulinas, 1993.

Tal desafio se dá a partir da tarefa de mostrar à sociedade que a reconciliação não é um monopólio de ninguém, mas um compromisso a que todos são chamados. Alguns podem exercê-la com uma representatividade especial (“ministros ordenados: *In persona Christi - Ecclesial*”), outros a partir do sacerdócio universal (todos os batizados). Com isso, abre-se a possibilidade de recuperar e renovar o lugar específico da conversão-reconciliação-perdão, na vida da comunidade, considerando o tipo da comunidade, suas especificidades, os momentos celebrativos.

É preciso recuperar o sacramento da reconciliação, utilizando as diversas possibilidades mistagógicas que o sacramento apresenta. Como mencionamos em nossa pesquisa, os documentos do Vaticano II, com destaque o novo Catecismo, apresentaram o caráter “evangelizador-mistagógico e educativo-catequético das celebrações sacramentais”²¹⁰.

Para vivenciar concretamente as mudanças propostas pelo Vaticano II, será necessária uma aceitação e um impulso para que haja uma renovação continuada. Deste modo, a Igreja estará em condições de corresponder à originalidade do sacramento, bem como às necessidades pastorais e à enculturação dos diversos lugares e povos.

3.8.2. O sentido do sacramento da reconciliação frente ao mundo moderno

Até aqui procuramos atualizar a compreensão atual sobre o sacramento da reconciliação, destacando a crise atual em torno deste. Apontamos ainda que tal crise faz com que a Igreja busque novas formas de mediatizar, para os homens, o perdão e a misericórdia infinita que vem de Deus.

A partir daqui precisamos aprofundar a reflexão sobre alguns aspectos relativos à teologia moral e o sacramento da reconciliação, levando em conta a sociedade atual e seus constantes desafios em todos os níveis²¹¹.

Observamos uma ligação histórica e, porque não dizer, uma interdependência entre a Teologia Moral e o próprio Sacramento da Reconciliação. A teologia moral estaria a serviço da práxis penitencial e, muita

²¹⁰ Cf. SC 10,14; EM 47; CIC 1094.1217-1223.

²¹¹ Cf. ROSSI, D. *Noção de pecado*. Belo Horizonte: ISTA, 1995, p.3-10.

das vezes, condicionada a uma ciência teológico-moral e a aspectos jurídicos-morais do sacramento da reconciliação.

Faz-se importante o resgate do sentido da reconciliação na atualidade, destacando um mundo que tem sede de misericórdia. Portanto, transmitir a certeza de que o pecado do cristão batizado será acolhido e ele amado “como Filho, no Filho único” pela ternura do Pai, não poderá reduzir-se a uma simples infração da lei abstrata ou violação de um código que continua algo estranho para ele, isto é, será sempre um pecado do filho pródigo que menospreza a bondade e os dons do Pai. Sem dúvida, toda a história da salvação vem demonstrar como “a força particular do amor (...) prevalece sobre o pecado e sobre a infidelidade do povo eleito”, e como este amor prevalece sobre o pecado e a infidelidade de cada pessoa²¹².

O desafio atual está em apresentar ao povo de Deus a força transformadora do evangelho, que se renova a cada dia. E que, em Cristo, o Pai nos deu a prova suprema de sua infinita misericórdia e será na Páscoa que conduz até Pentecostes e à Igreja que verdadeiramente se viverá o “ministério da reconciliação” realizado em Jesus uma única vez para toda a humanidade diante do Pai e que agora torne-se o “mistério da reconciliação”²¹³.

Portanto, é preciso mostrar ao mundo moderno que celebrar o sacramento da reconciliação é celebrar a vitória do Cristo Crucificado e ressuscitado, significa crer que o amor está presente no mundo e que este amor é mais forte do que qualquer tipo de mal, pois em Jesus temos a certeza de que há um Pai a esperar constantemente o Filho que vai voltar²¹⁴.

O desafio está em fazer reviver no povo cristão a verdadeira atitude de conversão-penitência para qual Deus o chama também em nossos dias. De verdade redescobrir uma nova face do sacramento da reconciliação, de modo que ele volte a ser uma celebração viva para todos. Com isso, o sacramento da reconciliação se tornará um sacramento com sentido libertador, que não é só a celebração da volta de quem se tinha afastado por pecado grave, mas também um meio de crescimento em relação a Deus e aos irmãos.

²¹² DM 4.

²¹³ *Ibid.*, 7.

²¹⁴ Cf. Lc 15.

A partir desta reflexão, fica o convite sempre atual para uma profunda revalorização e resgate do sentido do sacramento da reconciliação frente ao mundo e seu verdadeiro sentido na atualidade. Com isso a reconciliação abrange as dimensões: pessoal, comunitária e social.

3.8.3.

Conflitos de interpretações sobre o sacramento da reconciliação

A partir do nosso estudo anterior, percebemos que as perspectivas atuais em relação ao sacramento da reconciliação apresentam alguns conflitos de interpretações nos documentos do Magistério. Identificamos uma interpretação que vem do Concílio Vaticano II e a outra que é ainda do Concílio de Trento²¹⁵.

O que queremos destacar neste tópico é justamente que acaba se refletindo no âmbito pastoral a dificuldade do clero em assimilar a renovação proposta pelo Concílio Vaticano II, na compreensão da atitude de conversão reduzida a uma simples forma sacramental, não levando em conta sua dinâmica eclesial. Durante muito tempo ao longo da história, a “confissão” foi apresentada como a única forma possível de perdão da Igreja, a única maneira de viver reconciliação. É importante ressaltar que a reconciliação em si, como tantos acontecimentos da vida “geralmente não se reduz a um aspecto, ou fato somente”²¹⁶.

Como já mencionamos, nos anos anteriores ao Concílio Vaticano II falava-se na pluralidade de formas em relação à Penitência dentro da Igreja, relatava-se várias formas e práticas penitencias. O Concílio Vaticano II faz um resgate desta diversidade de formas e propõe de maneira bem concreta uma variedade de celebrações sacramentais, bem como não sacramentais, dando um passo muito importante para uma nova reflexão sobre o sacramento.

Apontamos que a dimensão eclesial, que vem pela experiência histórica da comunidade eclesial, fundamenta-se a partir da exigência de “distinguir diversas formas penitenciais”²¹⁷. O desafio posto para superação dos conflitos de interpretações sobre o sacramento está justamente em aprender a valorizar as formas penitenciais diversas, não limitando o perdão de Deus somente ao confessional. Em relação a isso, o novo Catecismo nos recorda:

²¹⁵ BOROBIO, D. *Pastoral dos sacramentos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000, pp. 197-198.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 333.

²¹⁷ *Ibid.*, p.334.

A Penitência interior do cristão pode ter expressões muito variadas. A Escritura e o Padres insistem sobretudo em três formas: o jejum, a oração, a esmola; ademais citam como meio de obter o perdão dos pecados os esforços realizados para se reconciliar com o próximo, a intercessão dos santos e a prática da caridade que cobre a multidão dos pecados²¹⁸.

A questão é que durante muito tempo considerou-se, com certo exagero, que somente o “confessionário” seria a maneira de obter o perdão de Deus. No entanto, percebemos ao longo da história do Povo de Deus que o Senhor vem ao nosso encontro a partir de um coração sincero e arrependido, o que, de maneira nenhuma, esvazia o sentido da Penitência, principalmente em relação aos pecados graves. Assim, o desafio é perceber que o mais importante na caminhada eclesial não é se confessar muitas vezes, mas realmente buscar fazer uma reconciliação verdadeira e autêntica, marcando decisivamente a vida²¹⁹.

As formas litúrgicas de conversão-reconciliação, que são as celebrações penitenciais, são um sinal da disposição da busca pelo perdão e misericórdia que vem de Deus, elas são:

Celebrações nas quais a assembléia congrega, movida pela palavra de Deus e pelo convite divino, toma consciência de seu pecado, expressa seu desejo de conversão mediante um ato (rito) penitencial e pede perdão a Deus e aos irmãos por intermédio da oração da Igreja²²⁰.

O que aqui apresentamos, denota que não devemos confundir as celebrações penitenciais com o sacramento da Reconciliação, mas também não podemos nos separar deles.

Aqui surge uma questão bastante interessante: quais as celebrações mais expressivas e marcantes na vida de uma comunidade? Na perspectiva de Dionísio Boronio são três: as celebrações penitenciais comuns, o rito penitencial da missa e a celebração estendida na Quaresma.

É importante, portanto, entender que não celebramos o sacramento da Penitência para “conquistar o perdão”, mas como expressão viva de uma comunhão eclesial, tornando-se a festa da reconciliação em todas as suas dimensões. Podemos dizer que o sacramento da reconciliação significa visível e

²¹⁸ CIC, 1434-1438.

²¹⁹ Cf. BOROBIO, D. *Op. cit.*, p. 335.

²²⁰ Cf. *Ibid.*, p.336.

eficazmente a reconciliação concreta com a Igreja, que pela presença do ministro proclama o perdão incondicional de Deus que nos ama e é infinita misericórdia. Assim, as diversas formas do sacramento da reconciliação devem ser consideradas complementares e, de maneira nenhuma, exclusivas.

Desta forma, para superar os conflitos de interpretação do sacramento, cabe aqui o princípio da complementaridade. A “absolvição geral” não suplanta a confissão individual dos pecados, porque se supõe que também por vezes a Penitência será celebrada mais individualmente, e então serão confessados os pecados que ali o penitente comprometeu-se a confessar²²¹.

Concluindo esta parte do nosso trabalho, percebemos que ao longo da história o sacramento da Penitência sofreu uma considerável variação, de acordo com cada época, cada cultura. Por isso, o nosso desafio é apresentar propostas e perspectivas para um repensar da pastoral sacramental penitencial de maneira concreta e coerente com mundo atual.

Nesta parte do nosso estudo, procuramos abordar questões pontuais sobre a contextualização do pecado, passando pela fragilidade do ser humano, apontando o contexto bíblico e eclesial, até chegarmos ao sentido do sacramento frente ao mundo moderno.

Queremos após esta breve abordagem partir para o quarto e último capítulo, cujo desafio é apresentar perspectivas para uma nova abordagem do sacramento da reconciliação e o resgate do verdadeiro sentido do sacramento, que indo além de um simples ritual, vai ao encontro do ser humano no mais profundo do seu ser.

²²¹ Cf. *Ibid.*, p.347.